



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA PARA A FEIRA DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS - EDIÇÃO 2015" ADJUDICADO À SOCIEDADE POR QUOTAS GUIMARÃES PINTO & PINTO, LDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ-----


(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 7 de Agosto de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de divisão, servindo de oficial público da mesma Câmara, compareceram:


Dr. João Manuel do Amaral Esteves, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 28 de julho de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Delfim Guimarães Pinto, casado, natural da freguesia de Prozelo, deste concelho, residente em Morilhões, União de Freguesias de Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela, concelho de Arcos de Valdevez, que outorga, na qualidade de **gerente**, com poderes para este acto, em representação da sociedade por quotas que usa a firma "**GUIMARÃES, PINTO & PINTO, LD**", com sede social na Rua Dr. Vaz Guedes, nº 83, Arcos de Valdevez, registada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, sob a matrícula correspondente ao número de pessoa colectiva nº 504119230, com o capital social de € 5.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **28 de Julho de 2015**,



adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, o **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA PARA A FEIRA DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS - EDIÇÃO 2015”**. -----



Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € 16.564,00 (dezassex mil quinhentos e sessenta e quatro euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----


Terceira: O prazo da prestação dos serviços adjudicados é de **5 dias, com efeitos a partir de 29 de julho de 2015**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----


Quinta: Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e serviços; **Subagrupamento 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 25** – Outros serviços; **Alínea 99** - Outros. -----



Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **13 de julho de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----



Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

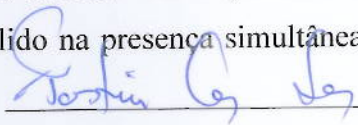
3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----


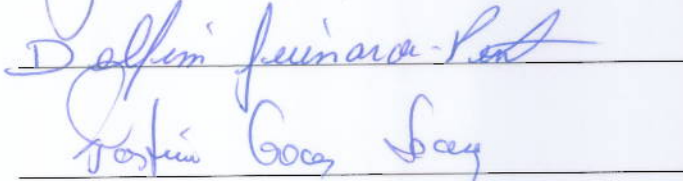
Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar o fornecimento objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **30-07-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **24-07-2015**, comprovativa de que a sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão permanente **subscrita em 20-10-2014 e válida até 20-10-2015**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foi verificada a qualidade e a suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Delfim Feinara-Rodrigues


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema da Contabilidade do Município com o nº **76/029/2015**, de **07-08-2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **27/2015**